



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 9.263

De 09 de maio de 2018

Autógrafo nº 113/18 - Projeto de Lei nº 124/18

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

FLS.	019
PROC.	163/2018
C.M.	Cont

Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,
Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessões ordinárias de 08 (oito) de maio de 2018, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher, composto por 22 (vinte e duas) diretrizes, para o período compreendido entre os anos de 2018 e 2021, a partir dos encaminhamentos propostos pela V Conferência Municipal da Mulher, conforme Anexo I que é parte integrante da presente lei.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher poderá ser atualizado ou alterado mediante nova Conferência Municipal da Mulher.

Art. 2º As diretrizes e resoluções da V Conferência Municipal da Mulher poderão, ainda, ser materializadas nos planos municipais das áreas afins relacionadas, conforme deliberação dos Conselhos deliberativos das áreas/secretarias e também serão compatibilizados com os demais instrumentos de planejamento municipal, dentre eles, o Plano Plurianual (PPA) e, em especial, a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 3º A execução do Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher será realizada de forma gradativa, contínua e transversal, sob a articulação da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular, e as despesas com a sua execução ocorrerão por conta das dotações orçamentárias das secretarias afins, suplementadas, se necessário, e conforme a legislação em vigor.

Art. 4º A execução de despesas de investimentos, relacionadas às diretrizes ora propostas, será objeto de discussão nas plenárias anuais do Orçamento Participativo.

Art. 5º Esta lei será regulamentada, no que couber, por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

16:39 16/05/2018 09:55:58 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS. 020
PROC. 163/2018
C.M. Caixá

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2018 (dois mil e dezoito).


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal


DONIZETE SIMIONI
Secretário de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.

Arquivada em livro próprio nº 01/2018. ("PC").

.Publicada no Jornal "A Cidade", de Terça-Feira, 15/maio/18 - Ano 113 – Exemplar nº 113.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	021
PROC.	163/2018
C.M.	Paula

ANEXO I

DIRETRIZES/RESOLUÇÕES DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA MULHER

CAPÍTULO I

DIREITO À CIDADE

1. Criação do plano municipal de ocupação dos espaços públicos com recorte de gênero, relacionando os trabalhos com as representantes da política LGBT, racial e de direitos humanos, com mapeamento de espaços públicos, dos diversos territórios não utilizados para que seja estabelecido um projeto de ocupação social e cultural;
2. Regulamentar o instituto do abandono previsto no Código Civil que combate as práticas de abandono de grandes áreas de terrenos urbanos, locais que se tornam ambientes perigosos para as mulheres;
3. Divulgação da Lei da Parada Obrigatória para Mulheres após às 22 horas nos ônibus municipais, e efetivação da lei;
4. Descentralização dos eventos culturais, a partir de uma escolha participativa das moradoras, para todos os territórios com o objetivo de valorizar a identidade das comunidades;
5. Construção de uma Conferência de Mobilidade Urbana para Mulheres, com pré-conferências nos territórios.

CAPÍTULO II

SAÚDE DA MULHER

6. Garantia de realização de ultrassom para fins de diagnósticos ginecológicos e obstétricos;
7. Intensificar as relações intersetoriais entre saúde, assistência social e educação, construindo uma rede municipal para garantir projetos de prevenção da gravidez na adolescência e de IST/AIDS nos territórios; com parcerias entre universidades;
8. Garantia da efetivação da Lei nº 8.274: atendimento à mulher gestante e puérpera; estabelecimento de um protocolo de atendimento à mulher que sofre aborto ou perda neonatal, com atendimento psicológico;
9. Fortalecimento do protocolo de humanização do atendimento à mulher nas Unidades Básicas de Saúde, na maternidade e nas Unidades de Pronto



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	0221
PROC.	16312018
C.M.	Quint

Atendimento; atenção especializada para a saúde das mulheres negras; atenção especializada para a saúde das mulheres lésbicas, transexuais e travestis;

10. Garantia de tratamento de fisioterapia específico e aplicado à saúde da mulher.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

11. Educação em direitos humanos para a rede de funcionalismo público municipal com garantia das discussões de gênero e direitos da mulher em toda a sua diversidade;
12. Incentivar a construção de uma rede de cooperativas de mulheres, a partir de um processo participativo e deliberativo, para fins de colaboração mútua de produção e comércio;
13. Ampliação do atendimento em educação infantil, em especial nas regiões com demanda reprimida;
14. Constituir uma rede de contribuição com o Centro de Referência da Mulher e o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher para levantamento de demanda de mulheres não alfabetizadas ou com baixa escolarização;
15. Incentivar a criação de uma associação de mulheres trabalhadoras em serviços domésticos retomando as atividades já realizadas nos anos anteriores e fomentando discussões de apoio à garantia de direitos.

CAPÍTULO IV

COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

16. Capacitação e fortalecimento do CRAS para que o território esteja preparado para receber a demanda das mulheres vítimas de violência e discriminação;
17. Incentivar a retomada do curso de Promotoras Legais Populares no município de Araraquara;
18. Construção de parceria com universidades para elaboração de um mapa de violência contra a mulher, para utilizar como diagnóstico que embasará as políticas públicas para mulheres e os projetos de intervenção nos territórios;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	023
PROC.	163/2018
C.M.	2018

19. Projeto interligado entre o conselho tutelar e o Centro de Referência da Mulher para atender crianças e adolescentes que sofreram violência sexual ou presenciaram violência doméstica;
20. Estabelecer parcerias entre setor público e privado para elaboração de ações informativas referentes aos direitos da mulher.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

21. A execução do Plano de Municipal de Políticas Públicas para a Mulher será implementado de forma gradativa, continua e transversal e as despesas com a sua execução ocorrerão por conta das dotações orçamentárias das secretarias afins, suplementadas, se necessário e conforme a legislação em vigor;
22. A execução de obras de investimentos serão objeto de sucessão nas Plenárias anuais do Orçamento Participativo.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2018 (dois mil e dezoito).


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal


DONIZETE SIMIONI
Secretário de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.

Arquivada em livro próprio nº 01/2018. ("PC").